Diário da Sessão n.º 022 de 20/09/05

Presidente: Vamos prosseguir os nossos trabalhos com o primeiro ponto da Agenda do Dia:...

Eram 18 horas e 10 minutos

… **Proposta de Decreto Legislativo Regional – "Regula a constituição da SATA; Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, SA e o processo de reestruturação empresarial da SATA, SA".**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo SATA tem, neste momento, um volume de negócios que anda à volta dos 180 milhões de euros. Em 96, andava à volta dos 40 milhões.

Neste momento, cerca de 25 milhões de euros são provenientes da Azores Express, da SATA Express; 110 milhões da SATA Internacional; cerca de 45 milhões da SATA Air Açores e da gestão de aeródromos.

O contínuo aumento do volume de negócios;

O facto das empresas "filhas" da SATA Air Açores terem hoje um volume de negócios superior ao da SATA "mãe" ou da SATA Air Açores;

O caso das próprias regras comunitárias obrigar a uma distinção muito clara dos custos das diversas empresas – é preciso não esquecer que essas empresas concorrem a diversos concursos para serviço público, é o caso da SATA Internacional, da SATA Air Açores e da SATA gestão de

aeródromos – obriga-nos a que haja uma definição clara dos negócios de cada empresa reformulando e reestruturando o Grupo SATA.

Como diz no preâmbulo, as vantagens deste procedimento são várias:

"- racionalização de custos para centralização das áreas financeiras, comerciais, recursos humanos, informática, comunicações, jurídica e relações públicas na empresa holding, que passaria a deter as responsabilidades de gestão e coordenação de todo o grupo", (neste momento quem faz isso é a SATA Air Açores);

"- planeamento estratégico mediante a definição das grandes linhas orientadoras de desenvolvimento das actividades;

- transmissão de uma imagem mais organizada do Grupo, na medida em que se separam de forma mais clara as actividades operacionais desenvolvidas pelas diferentes empresas subsidiárias;

- facilita a identificação dos fluxos económicos associados às actividades de serviço público desenvolvidas em regime de concessão, tornando mais transparentes o relacionamento económico-financeiro entre as empresas do Grupo;

- permite e a prossecução de objectivos autónomos relativamente a cada uma das empresas…"

Estas são as vantagens que, a priori, se apercebem com esta reestruturação.

Há um aspecto extremamente importante, que é o facto de se garantir todos os direitos dos trabalhadores. Com essa reestruturação não se pretende de forma alguma diminuir o número de trabalhadores do Grupo SATA, a nossa política tem sido aumentar, pelo que estamos aumentando o volume de negócios e as actividades.

Isso vai continuar previsivelmente no futuro. Nós estamos a desenvolver imenso o turismo. Com o aumento do turismo certamente a SATA vai ter mais passageiros, mais área, mais actividades, mais pessoas para trabalhar.

Portanto, não é por aí, não é por esse caminho que se pretende andar.

O que se pretende é racionalizar a empresa, tornar mais eficiente as diversas empresas do Grupo, separar áreas de negócio, definir claramente em cada uma quais são as suas actividades nucleares e encontrar uma forma organizativa que permita a racionalização dos recursos humanos existentes.

Basicamente são estes os pressupostos desta reestruturação. O resto está muito claro no preâmbulo.

Todo este assunto foi discutido com todas as entidades que devem discutir.

Este foi um processo longo que começou em 2002/2003. Parou porque a Comunidade Europeia obrigou-nos também a criar mais empresas que não estavam nas nossas ideias, ou seja, a SATA gestão de aeródromos e, devido à necessidade, fazer também para esta área um concurso público.

Portanto, temos que reestruturar o nosso Decreto Legislativo e aqui está aquilo que nós pretendemos. Foi um decreto amadurecido ao longo do tempo e que aqui nos é apresentado.

Este assunto também já foi debatido na Comissão de Economia e as propostas de alteração vindas da Comissão merecem a nossa aprovação.

Era basicamente isto que vos queria dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que aqui nos é apresentado merece, em princípio, a nossa concordância em termos genéricos já que é um diploma que, no fundo, vem formalizar algo que, na prática, já existia em que as funções essenciais que serão atribuídas a esta SGPS estavam, na prática, na órbita da SATA Air Açores.

Por outro, é um diploma que vem dar conteúdo a uma designação que com o tempo veio a ganhar uma certa presença, no fundo, um Grupo SATA que na prática existia, mas com algumas debilidades em termos organizativos, e que pode passar a existir com maior consistência a partir de agora.

Parece-nos, por isso, um modelo adequado nos seus princípios e nos seus propósitos.

Logo à partida, pelo facto de permitir uma questão que o Sr. Secretário teve oportunidade de referir e que o próprio preâmbulo do diploma estabelece, que é introduzir maior racionalidade na gestão de todo o Grupo, maior racionalidade num conjunto de actividades que eram exercidas por cada uma das empresas constituintes do Grupo, se esses propósitos de racionalizar, de tornar mais equilibrada uma gestão, existem, são possíveis para este diploma, obviamente que isso é uma situação que não pode deixar de merecer a nossa concordância.

Por outro lado, e o Sr. Secretário teve também a oportunidade de aqui o referir, com este novo modelo, permitir-se-á uma melhor identificação dos próprios fluxos económicos existentes entre as diversas empresas do Grupo SATA e, por isso, vai permitir também uma maior clareza, um maior conhecimento da actividade mais profunda de cada das empresas constituintes do Grupo.

Julgamos que isso é importante e é importante não só porque existem algumas exigências que se colocam designadamente em processos

concursais, pela imposição que é feita em termos da legislação europeia – portanto, acaba por ser uma necessidade – mas será importante também porque vai ser possível se conhecer de uma forma mais aprofundada o que é que são efectivamente estas empresas da SATA, funcionando com todo um conjunto de receitas e custos devidamente imputados a cada uma delas, e vai permitir também conhecer melhor a actividade de cada uma delas e detectar eventuais zonas de rentabilidade eventualmente mais duvidosas que possam vir a existir, o que vai permitir também introduzir ajustamentos em termos de gestão e eventualmente (quem sabe?) até a anulação de algumas das actividades actualmente desenvolvidas.

No entanto, e obviamente estou aqui a falar essencialmente em termos de concordância, esta concordância não invalida que pensemos um pouco sobre o assunto. Não invalida que tentemos aqui apontar alguns pontos que, na nossa perspectiva, merecem alguma reflexão e alguns deles alguma preocupação – pelo menos queremos conhecer melhor essas questões – e já tivemos oportunidade em relação a alguns, senão a todos, de os introduzir na audição que foi feita ao Sr. Secretário Regional da Economia na Comissão há cerca de duas semanas.

Há uma questão que logo à partida nos parece importante e que no artigo referente ao capital social, penso que no artigo 3º, tanto quanto me lembro, da blindagem que este diploma cria no sentido de atribuir exclusivamente ao domínio público, ao universo público, a detenção do capital da SATA, fica perfeitamente claro quando se diz que as acções pertencem à Região e só poderão ser transmitidas para pessoas colectivas de direito público.

A questão que se nos coloca, embora já saibamos, à partida, qual vai ser a resposta imediata que o Sr. Secretário possa dar em relação a esta matéria, aliás, porque a referiu designadamente na audição da Comissão de

Economia, é que isso está no Programa do Governo e por isso trata-se apenas e simplesmente de cumprir o Programa do Governo. Certo! Não duvidamos disso e sabemo-lo, mas isso não invalida que não seja interessante desbravar um pouco mais esta questão; que seja interessante a até conveniente sabermos das verdadeiras razões que levam a que haja uma vontade, a priori, de, nem sequer se pensar no decurso destes 4 anos, proceder à privatização de pelo menos parte do capital de algumas empresas do Grupo.

Por isso, gostaríamos que o Sr. Secretário, aqui, em plenário, nos falasse um pouco mais sobre essa questão e das verdadeiras razões que estão por detrás do que está determinado neste artigo 3º.

Em segundo lugar, uma outra questão que nos preocupa (essa preocupa-nos e penso que não preocupa só a nós). É que a criação da SGPS, designadamente no preâmbulo do diploma, permite acabar com algumas irracionalidades actualmente existentes. Óptimo! É isso que deve ser pretendido, é um propósito e naturalmente aplaudimos.

Mas quando se racionaliza, quando se prevê a centralização de algumas actividades, designadamente na área administrativa, na área comercial ou noutras, julgamos que a lógica é ser possível executar um determinado grupo de tarefas ou um determinado volume de tarefas com menos pessoal.

Obviamente, sem situações de reestruturação – isto não é novidade nenhuma, é para a SATA como será para uma empresa privada e será através de um organismo da Administração Pública – existe uma real possibilidade de aparecer um excedente de trabalhadores. Naturalmente que nos preocupa, preocupa as organizações ligadas aos próprios trabalhadores, preocupa acima de tudo os próprios trabalhadores que vêem algumas ameaças em relação ao seu futuro e, por isso, pensamos que é pertinente

esta questão. Aliás, a pertinência desta questão foi também manifestada, diga-se em abono da verdade, por deputados do Partido Socialista na própria audição que se fez ao Sr. Secretário e que aliás aparece no relatório perfeitamente evidente.

O Sr. Secretário respondeu na Comissão, e disse há pouco, que vai fazer mais com os mesmos trabalhadores, isto é, antevê-se um crescimento significativo da actividade e falou há bocado designadamente na questão do turismo que terá uma ajuda relativamente importante nesse domínio. Por isso teremos que, forçosamente, colocar uma questão:

Seguramente sabe que tem um determinado número de trabalhadores – deverão ter sido feitos esses estudos, partimos desse princípio – que ficarão excedentários (10, 15, 20, 30 ou 50 trabalhadores, não sei, o senhor saberá) e provavelmente também saberá qual é o crescimento perspectivado para a actividade de todo o universo SATA que vai permitir a absorção desses trabalhadores. Daí que gostaríamos de saber, gostaríamos nós e a população açoriana, quantos trabalhadores poderão ser excedentários com este processo e qual o crescimento previsto para a actividade da SATA capaz de absorver este excedente de trabalhadores.

A terceira questão é relativamente à salvaguarda das regalias que aparecem definidas no artigo 9º, em que o Sr. Secretário falou, em Comissão, na existência de um consenso total com a Comissão de Trabalhadores, em relação a esta matéria.

Da leitura do próprio parecer da Comissão de Trabalhadores, em relação a este diploma, não apareceu claro este consenso.

As preocupações da Comissão de Trabalhadores expressas no parecer eram sintomáticas e daí que achemos importante que, aqui em plenário e de vida

voz, o Sr. Secretário nos transmita e descanse os próprios trabalhadores em relação a esta matéria.

As regalias efectivamente vão-se manter? Serão todas as regalias que actualmente os trabalhadores detêm que se vão manter, incluindo algumas que mereceram alguns sorrisos quando a questão foi abordada em Comissão, como aquela que decorre de protocolos que a SATA tem com companhias congéneres e que dão determinadas regalias aos trabalhadores? Existem estas regalias que eles têm, decorrentes destes protocolos.

Com a passagem dos trabalhadores de uma empresa que detém um protocolo qualquer com uma companhia estrangeira ou nacional, essa passagem destes trabalhadores para a SATA, SGPS vai retirar-lhes também o acesso às regalias decorrentes destes protocolos?

Finalmente, uma última questão que nos parece importante e que eu formularia através de mais uma ou duas perguntas, que eu consideraria talvez uma pergunta ingénua ou talvez não.

Refere-se no preâmbulo do diploma, que a criação da SATA, SGPS permitirá o estabelecimento de parcerias e que consideram isso como um dos dados objectivamente importantes ou de destacar na criação desta SGPS.

Primeiro: por que é que estas parcerias passam a ser possíveis a partir da criação da SGPS e por que é que não o eram antes?

Segundo: já não há aqui ideias elaboradas sobre o estabelecimento de possíveis parcerias, isto é, se já não está na cabeça do Governo Regional o estabelecimento de algumas parcerias, em que áreas e com quem?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa do Partido Socialista aprovado nesta casa tinha um objectivo, na área dos transportes aéreos, que dizia mais ou menos o seguinte: consolidar a estrutura do Grupo SATA em consonância com o modelo de desenvolvimento e de coesão da economia regional, através de uma acção que seria proceder à reestruturação do Grupo SATA tendo em vista os novos regulamentos comunitários.

Relativamente a esta nova empresa que se propõe nesta casa, uma Sociedade de Gestão de Participações Sociais, ela vem racionalizar hoje a empresa SATA Air Açores.

A SATA AIR Açores tem funções de *holding* e ao mesmo tempo funções operacionais que devem ser distintas. Normalmente uma empresa de *holding,* ou uma sociedade gestora de participações sociais, preocupa-se mais com a gestão ao nível mais alto e não com a gestão operacional e ao mesmo tempo a gestão dos capitais de variadas empresas.

Portanto, em nosso entender, esta proposta vem, ao fim e ao cabo, melhorar e racionalizar quer os recursos humanos, quer os recursos financeiros que estão ao dispor da SATA AIR Açores, hoje, na Região Autónoma dos Açores.

Relativamente aos objectivos eles já foram traçados e julgo que não é necessário voltar a referir.

Em relação a algumas preocupações que o Sr. Deputado António Marinho aqui deixou há que ter em conta os propósitos que o Governo Regional apresentou aqui, aquando do seu programa em relação à privatização ou não da empresa.

Para nós, em relação ao programa que aqui aprovámos, não tem, ao fim e ao cabo, cabimento falar-se na privatização, no presente, desta empresa.

É uma das preocupações que os trabalhadores deixam no seu parecer, em que gostariam de ver a empresa continuar a ser pública e não é nosso propósito fazer a privatização da empresa no momento.

Todavia, há que, como empresa tão importante para a Região Autónoma dos Açores, para o desenvolvimento da Região, em termos turísticos, tentar ao fim e ao cabo fazer com que ela seja melhor e satisfaça melhor os açorianos no transporte aéreo, quer regional, quer para fora da Região Autónoma dos Açores.

Relativamente à racionalização que se fala, que poderá haver ou não excedentes de trabalhadores, nós esperamos, e os resultados demonstram, que a evolução que tem havido a nível da empresa, a nível dos novos mercados que tem conquistado e que pensa no futuro continuar a conquistar, que essa situação não venha a acontecer na SATA.

Relativamente à salvaguarda das regalias dos trabalhadores, o artigo 9º é bastante claro no que lá diz em relação às respectivas regalias.

Julgo que esta proposta hoje apresentada vem pôr ao dispor de quem está à frente da SATA um instrumento que fará com que esta empresa apresente melhores resultados no próximo futuro.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Marinho:

Eu gostaria de esclarecer, relativamente à questão dos trabalhadores, para além daquilo que já foi dito aqui pelo nosso colega Deputado José Rego, que é do conhecimento público que actualmente a SATA ainda tem vários

contratados. Isto significa que ainda há áreas, nomeadamente no caso dos serviços de reserva, onde há pessoal que, se fosse considerado excedentário, haveria possibilidades de fazer ajustamentos com estes contratados a prazo.

Relativamente à questão que foi aqui referida pelo Sr. Deputado António Marinho, de produzir mais com os mesmos recursos, eu gostaria de contextualizar esta afirmação do Sr. Secretário por ocasião da audição na Comissão de Economia, em que realmente isto foi afirmado, mas foi na sequência da política da anterior administração da SATA que pretendia produzir o mesmo com menos recursos e que levou, como sabemos, à aposentação de diversos funcionários.

Portanto, foi na sequência desta afirmação de que no passado a preocupação era outra, que se afirmou que agora se pretendia produzir mais com os mesmos recursos e não estar a despedir trabalhadores ou a alterar a política de contratação de empregados.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão** *(Indep.):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas ideias e que são de manifestação de concordância com os propósitos deste diploma agora apresentado, o qual, de facto, traz outra modernização e outro enquadramento nos dias de hoje às actuais empresas, como aliás tem sido feito em outras áreas. Portanto, é de saudar e de apoiar.

Gostaria de dizer de uma forma franca que, de facto, o diploma parece bem feito, nomeadamente no que se refere aos trabalhadores, através da cláusula do artigo 9º, e que isso salvaguarda aquela que deve ser uma fase de transição.

Não me choca, antes pelo contrário, que no futuro a empresa não tenha necessidade de admitir muitos mais trabalhadores. O que é importante, obviamente, é que hoje aqueles que já têm relações laborais estáveis não as percam. Portanto, julgo que está assegurado no diploma e por isso não há, em relação a isso, grande dúvida.

Os objectivos são claros e julgo que nos dias que correm nos identificamos todos com eles.

Gostaria de dizer também que as dúvidas que o PSD levantou julgo que são pertinentes, nomeadamente das parcerias. Também gostaria de saber qual é esse objectivo.

Há uma que, no entanto, não posso partilhar por razões óbvias – sem ofensa, nestas matérias, às vezes, o PSD é mais socialista do que o PS – que é a preocupação excessiva se se vai privatizar.

Eu julgo que a resposta dada em Comissão está correctíssima, que foi por não se considerar ainda oportuno.

Acho que não deve ser uma religião ou matéria de fé.

Nós privatizamos, porque temos que privatizar, ou não privatizamos porque achamos que tem que ser tudo público.

Não. Julgo que deve ser quando é oportuno. É isso mesmo, quando é útil à sociedade, quando a empresa estiver preparada, quando se vir que pode trazer vantagem, quando assegurando aquilo que é o interesse público dos serviços que são prestados pela SATA. Portanto, nem deve ser uma meta a atingir cegamente, nem devemos ter em relação a isso um medo extremo. Portanto, julgo que nem era necessário sequer a cláusula de que a Região não podia vender participações, porque quando isso for útil nada terá de mal.

Foi opção que ficasse assim no diploma. Também não choca, porque qualquer dia o diploma pode ser alterado.

Obviamente o Partido Socialista, no seu programa do Governo, não pretende isso para esta legislatura, mas a vida vai-se fazendo é assim, a par e passo.

Portanto, para manifestar o meu apoio e dizer que o faço com o mesmo entusiasmo que no futuro eventualmente venha a ser dado esse outro passo que não me preocupa, antes pelo contrário, desde que seja, realmente como aqui é dito, quando for oportuno.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foram levantadas aqui algumas questões que eu gostaria de responder.

A primeira, talvez seja a privatização da SATA, que o Sr. Deputado António Marinho afirmou.

Eu disse na Comissão de Economia que não é nossa intenção, para já, fazer qualquer privatização de nenhuma área de negócio do Grupo SATA ou do que vamos aqui, de certo modo, aprovar neste diploma, por diversas razões.

Nós temos alguma experiência, destes 9 anos, de alguns concursos públicos. Por exemplo, na SATA Air Açores fez-se um concurso público há quase 3 anos atrás. Só surgiu a SATA.

No concurso público que realizámos para a gestão de aeródromos, também só surgiu a SATA e enquanto não há concorrência no mercado, dificilmente poderemos alienar o património que é fundamental para o serviço público da Região Autónoma dos Açores.

Mas, ao separarmos as diversas actividades da SATA por diversos sectores, nós podemos, em determinadas áreas, mais tarde, não nesta Legislatura,

mas quando for de facto oportuno, quando verificarmos que o mercado consegue satisfazer um serviço público sem a presença do Estado, vir a privatizar. Disso não fazemos tabu nenhum.

O Estado deve estar fora sempre que os privados sejam capazes de fazer o que o Estado faz e se calhar fazem melhor em determinadas circunstâncias.

Quando as regras estão bem definidas, quando as obrigações do serviço público estão claras, quando não há perda de qualidade para o consumidor final, o Estado não é obrigado a estar numa actividade em que os privados podem fazer de uma melhor forma.

Portanto, é essa a nossa visão. Neste momento não é oportuno, poderá ser oportuno mais tarde, mas estamos a reestruturar a empresa, a racionalizá-la, torná-la mais eficiente e estamos a criar áreas que mais tarde poderão vir, não nesta Legislatura, repito, a ser alvo de privatização.

Em relação aos trabalhadores excedentários, eu também disse na Comissão de Economia, e o Sr. Deputado António Marinho percebeu também, que a SATA Air Açores hoje em dia faz um pouco de SGPS. De facto, fornece um conjunto de serviços para a SATA Internacional, mesmo para a Azores Express e SATA Express. Funciona um pouco de SGPS do Grupo.

Achamos que esta situação não é a mais correcta, mas efectivamente já se procurou, dentro do Grupo, racionalizar os efectivos. Não vão haver tantos excedentários como isso em termos de pessoas que não estarão a fazer nada. O que vai haver é maior eficiência dos serviços, uma maior racionalidade dos serviços.

Volto a repetir: a SATA Air Açores está a crescer 3-4% ao ano. A SATA Internacional também tem este volume de negócios. A Azores Expresse e a SATA Express deram um salto bastante significativo nos últimos anos.

Portanto, tudo indica que, pelo normal funcionamento da empresa e com o crescimento que nós estamos a sentir no turismo (o ano passado crescemos 20%, este ano de Janeiro a Julho 21,6%, para o ano estão perspectivados novos voos, provavelmente para Amesterdão que a própria SATA Internacional irá fazer, portanto, volume de negócios está sempre a aumentar) esta empresa vai ter sempre possibilidade de absorver determinados trabalhadores que numa determinada área estão a mais, mas passarão para outra área onde podem realizar as suas funções sem perda de regalias e sem perda dos estatutos que têm actualmente.

Portanto, penso que fazer mais com as mesmas pessoas é importante.

No passado procurou-se passar pessoas para as reformas antecipadas, mas durante 9 anos mostrámos que esta não é a política do Grupo SATA. Também vos garanto aqui que não vai ser a política do Grupo SATA retirar os trabalhadores do activo. Os que estão vão ficar. O que será necessário é admitir mais pessoas, mas admitir mais pessoas não significa não trabalhar melhor, significa é que com esta reestruturação vai haver maior eficiência, maior rentabilidade dos recursos humanos. Portanto, vai haver uma melhor actuação deste Grupo tornando-o mais competitivo e mais dinâmico numa área do negócio que é extremamente competitiva.

Quanto à salvaguarda das regalias, efectivamente nós discutimos isso com os trabalhadores. Se repararem bem, os trabalhadores dizem, no ponto 5:

"Aguardamos que aquando da oficialização da SGPS (os trabalhadores passavam de um lado para o outro) sejam convocados os representantes dos trabalhadores para se assinar o protocolo em termos consensualizados com o Secretário Regional da Economia".

Do que os trabalhadores sentem receio é, quem é que vai para a SGPS, quem é que fica na SATA Air Açores ou quem é vai da SATA

Internacional para a SGPS, quem é que fica atrás e quando é que isso se vai fazer.

Nós estivemos a elaborar um protocolo com os trabalhadores e chegámos à conclusão, e eles próprios também chegaram, que o artigo 9º dizia tudo, não havia mais nada para acrescentar a esse artigo, que este protocolo basicamente apenas seria para dizer que, no momento tal, ou na altura tal, estes e estes trabalhadores saem de um lado para o outro, mas as suas regalias vão ser mantidas tal como elas estão.

Todos os acordos da empresa serão mantidos.

Segundo o Deputado António Marinho, alguns contratos que existem com empresas de aviação civil podem ser retirados. Não me parece que isso seja real. O normal das empresas de aviação civil – isso não está escrito – é que estas regalias se mantenham a todas as empresas do Grupo.

No que diz respeito às parcerias da SGPS, devo dizer que a concentração na SGPS de um conjunto de áreas, como áreas financeiras, comerciais, informática e comunicações, que estão neste momento uma parte na SATA Air Açores, mas também algumas espalhadas na SATA Internacional, vai permitir uma maior massa crítica e uma capacidade de interactuar com outras empresas desta área, como a TAP, estabelecendo com elas parcerias porque o nosso volume de negócio também já é representativo.

Nós somos, a nível nacional, a segunda maior empresa de aviação civil, muito acima da PGA, muito acima da EuroAtlantic.

Nós somos a segunda maior empresa, (é verdade!) a uma grande distância da TAP.

Apesar de tudo, as parcerias que temos feito com a TAP, como por exemplo a aquisição de combustíveis, em vários domínios, em várias áreas, poderão ser feitas se houver uma maior racionalidade dos nossos serviços e

se houver uma maior concentração, em determinados locais, de uma determinada massa crítica que permitirá, de facto, fazer melhores e mais proveitosas parcerias. Basicamente é isto.

Eu não posso dominar o futuro. Esta é uma empresa que está sempre a evoluir. Hoje é assim, amanhã serão outras parcerias. Eu não posso estar a prever o que irá acontecer, mas o passado indica que é importante e frutuoso haver uma concentração de actividades em determinadas empresas para que com isso se ganhe sinergias, eficiência e se permita também mostrar aos nossos parceiros que somos capazes de termos uma empresa dinâmica e competitiva.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para deixar aqui algumas notas em relação às diversas intervenções que foram produzidas a seguir à minha.

Relativamente às questões referidas pelo Sr. Deputado José Rego, penso que disse claramente aquilo que nos coube aqui. Uma vez até que há concordância, e manifestámos de imediato a concordância, em princípio, com o diploma, tentámos discutir ou pelo menos reflectir aqui um pouco sobre algumas das questões que quanto a nós suscitam algumas preocupação e penso que não suscitam preocupação só a nós, preocupam também os senhores tal como manifestaram em Comissão, preocupam seguramente o Sr. Secretário e preocupam designadamente os trabalhadores e a gestão da própria SATA.

Relativamente à Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, quando falou na questão da existência de um número relativamente elevado de contratados a prazo e

que por isso – e estou a utilizar as suas palavras – "seria fácil resolver o problema dos trabalhadores excedentários", quem não terá ficado eventualmente muito contente com a questão que a Sra. Deputada aqui trouxe terão sido os próprios contratados a prazo da SATA que vêem ameaçado o seu futuro. Já sabem que vão ser eles os sacrificados.

Provavelmente para eles, as suas perspectivas de futuro, foram um bocado por água abaixo e ficarão certamente preocupados a partir deste momento.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Gusmão, independentemente dos rótulos que tentou atribuir, de uns serem mais socialistas do que outros, isto para mim, e penso que para nós todos, é tão simples quanto isto: deve ser público e deve permanecer público aquilo que, sendo público, permite que as pessoas obtenham um melhor serviço; deve ser privado aquilo que, sendo privado, é conduzido com a maior eficiência, mantendo-se os mesmos padrões de qualidade e prestação de serviço.

Ser público ou ser privado pode ser uma situação em que estejamos a apoiar a manutenção na esfera pública em determinadas situações e não noutras.

Aquilo que eu pretendia, e penso que foi essa a questão que coloquei ao Sr. Secretário foi, uma vez que a resposta, tal como tinha sido dada na Comissão, tinha sido "o programa do Governo assim o diz e nós vamos cumprir", e eu disse "tudo bem, é verdade, ele foi aprovado e é inquestionável", agora percebi mais algumas questões com a resposta do Sr. Secretário. Eu queria perceber era o porquê? Porquê este "tabu" – e estou a utilizar as palavras do Sr. Secretário – em manter até 2008 a SATA como pública?

Não sei se é a melhor solução ou não, quero é perceber as razões e foi essa a tentativa.

Começando por esta última questão, o Sr. Secretário disse: "enquanto não existir concorrência...", e referiu designadamente os concursos anteriores, "não faziam tabu". Bom, pelo menos até 2008 seguramente que o tabu relativamente à possível privatização da SATA existe. As razões que o Sr. Secretário explicitou poderão ser objecto de alguma discussão. Seria outra questão que não a discussão deste diploma, mas é uma questão que eventualmente pode ser discutível e pode não ser a solução mais adequada.

Quanto à garantia através do fazer mais com o mesmo, e agora não referindo aqui as referências que foram feitas, quer pela Sra. Deputada Ana Isabel, quer pelo Sr. Secretário, relativamente àquilo que se fez no passado, não é isso que está em causa. Nós estamos a discutir o presente. É o presente que queremos discutir.

Se o crescimento que o Sr. Secretário referiu de cerca de 3-4% ao ano, designadamente na SATA Internacional e na SATA Air Açores, é o necessário para segurar, digamos assim, o possível excedente de trabalhadores que se vai verificar, eu depreendi que os estudos efectuados (penso que foram feitos estudos, o Sr. Secretário não me respondeu a essa questão, mas se calhar também não precisava de o fazer), tenham conduzido a isso mesmo, que um crescimento de 3-4% ao ano na actividade da SATA permitirá absorver o excedente de trabalhadores que seguramente terá que ser criado com um processo de racionalização, com um processo de reestruturação como é aquele que está em causa.

Quanto ao protocolo com os trabalhadores que vai ser assinado, tudo bem. O Sr. Secretário tem conhecimento disso, trabalhou isso com a comissão de trabalhadores. A única questão que aqui levantámos foi que a mesma comissão de trabalhadores que vai estabelecer protocolos com o Sr. Secretário no momento no futuro, no parecer que enviou à Comissão

relativamente a este diploma, não manifestava exactamente o mesmo consenso e manifestava algumas preocupações, designadamente em relação ao artigo 9º em que estão definidas as regalias dos trabalhadores e em relação a quem vai ser transferido das actuais empresas do universo SATA para a SGPS.

Relativamente aos acordos que eventualmente existem com outras empresas e que o Sr. Secretário disse que era normal o estabelecimento destes protocolos, as suas palavras foram "não me parece que vão desaparecer numa situação futura". A única coisa que gostava aqui de destacar é o *não me parece.* Não deu a certeza se eles vão desaparecer ou não. Disse apenas que não lhe parece que eles vão.

Quanto à questão das parcerias, depreendi também, em relação a esta matéria, que as parcerias eventualmente a estabelecer, serão feitas com a TAP ou com outras companhias áreas. Foi isso aquilo que depreendi, não sei se bem ou se mal.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Marinho:

Não queira pôr na minha boca as palavras que eu não disse. Apenas afirmei que é do conhecimento público que a empresa tem contratados a prazo.

Simplesmente quando há fluxos de maior movimento, ou seja, quando tem picos de sazonalidade em certas áreas do negócio, tem que ter esses contratados a prazo. Única e simplesmente para exemplificar que não tem gente a mais. Se tivesse gente a mais então não precisavam de contratar

mais ninguém. Nunca afirmei que iriam ser sacrificados os contratados a prazo.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão** *(Indep.):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Longe de mim qualquer rótulo ao PSD.

O Sr. Presidente do Partido Social Democrata que aí se encontra sentado ao seu lado costuma dizer que é do centro esquerda. Portanto, dizer que o PSD nalguma matéria é mais socialista que o PS, julgo que nem é grande ofensa. Pelas áreas económicas, esta é bem visível.

Há aqui dúvidas que não se me colocam. Vamos usar maior clareza:

O Partido Socialista diz que não privatiza porque tem um compromisso com o seu programa do Governo de não privatização, mas não se opõe no futuro.

A minha modesta opinião é que, sendo isto possível, deve ser feito o mais rápido possível.

Qual é a opinião do PSD em concreto? É a favor? É contra?

No caso da EDA sabemos qual era a opinião do PSD. E nesta matéria? Qual é a opinião do PSD?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que os assuntos remanescentes da minha área são muito curtos.

Em relação aos trabalhadores a prazo, eu penso que a Sra. Deputada Ana Isabel já disse o que é que entendia sobre isso.

Basicamente a actividade da aviação civil é extremamente sazonal. Existe um pico muito grande no Verão, principalmente nos meses de Julho, Agosto e Setembro, e são contratados normalmente em todas as companhias aéreas, porque é assim em todo o mundo, um conjunto muito vasto de trabalhadores a prazo.

São contratados por um período muito curto, depois são renovados. No ano seguinte às vezes entram, outras vezes não. Portanto, não são pessoas que tenham um vínculo fixo à empresa.

O que vos digo de uma forma muito clara é que nem isso os trabalhadores transparecem nos seus pareceres, ninguém está preocupado com isso em termos de pessoas excedentárias, porque eles sabem que a prática da SATA Air Açores, pelos menos nos últimos 9 anos, não é de conduzir ninguém para as reformas antecipadas, não é levar as pessoas a sair da empresa, é de trazer mais pessoas para dentro. É o que nós temos feito.

Nós temos, ao longo destes 9 anos, aumentado em muito o número de trabalhadores da SATA e vai continuar a ser assim.

Digo-vos: não vai haver tantos trabalhadores "excedentários" como isso, porque efectivamente a SATA Air Açores já está a funcionar como se fosse uma SGPS. Aliás, isso também é dito no preâmbulo.

Vai haver, sim, alguma racionalização, vai haver maior eficiência e se houver trabalhadores a mais numa determinada área, serão colocados noutras áreas muito próximas, em que eles possam ser úteis.

Como digo, todos os anos cresce o negócio, vai crescer mais que a média das outras companhias, porque nós estamos a crescer muito em termos turísticos. Portanto, vamos trazer mais pessoas para cá, vamos ter mais pessoas a viajar entre as ilhas, mais pessoas a vir da Europa, dos Estados Unidos, do Canadá, do Continente Português e isso traz mais negócio, mais

serviço. Quanto maior for o serviço, quanto maior for o negócio, também maior capacidade de racionalização efectivamente existe na empresa.

Quanto aos acordos, eu só me estava a referir aos acordos não escritos, porque os escritos são todos definidos no artigo 9º. Estão garantidos, esses são salvaguardados.

Agora, quando há regalias especiais, porque a SATA dá à TAP e a TAP também dá à SATA, às vezes esses acordos não estão escritos, não estão salvaguardados no artigo 9º. Isso são práticas e vão continuar a ser, porque é assim em todas as empresas. Elas reestruturam-se, mas mantêm sempre esses acordos que não são escritos, mas que são facilidades que se dão nessas empresas de aviação civil.

Basicamente é essa a preocupação do Sr. Deputado António Marinho, já foi referida na Comissão de Economia e foi respondida da mesma forma. Não há, no meu entender, qualquer problema.

Também digo que no meu contacto com a comissão de trabalhadores nem eles colocam isso por escrito na sua emissão de parecer. Portanto, não me parece que seja também por aí. Basicamente é isto.

Em relação à disputa entre o PSD e o CDS sou muito claro: nós temos um compromisso eleitoral com o povo açoriano. Definimos um programa eleitoral e decidimos nesse programa o que é que íamos fazer nesta legislatura.

Aprovámos aqui, na Assembleia Regional, o programa do Governo.

Está definido até 2008 que não há privatização do Grupo SATA, mas isto não significa que não se prepare a SATA, que não se racionalize, que não se torne mais eficiente e que mais tarde venham algumas áreas do negócio a serem privatizadas.

É isso que estou a afirmar aqui. Não estou a negar o Programa do Governo e não estou a negar os compromissos eleitorais que o Partido Socialista fez com a população dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É uma declaração final muito sucinta.

Penso que no essencial o debate está feito. Todos estamos perfeitamente conscientes do que está em causa. A única coisa que não podia deixar em claro é que eu não pus na boca da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz palavras diferentes daquilo que disse. Haveremos de ver depois no diário das Sessões.

Eventualmente foi um deslize naquilo que disse, mas falou que era fácil porque existiam muitos contratados a prazo.

Peço desculpa, mas não pus palavras diferentes na sua boca.

Deputada Ana Isabel Moniz *(PS):* Disse que iam ser sacrificados, mas não é sacrifício nenhum!

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na generalidade por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Na especialidade, temos uma proposta de alteração para o artigo 9º.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado pede a palavra para…?

(*) **Deputado Lizuarte Machado** *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para sugerir, e penso que estão todos de acordo, que se poderia dar a explicação relativamente à alteração e votar depois todos os artigos em conjunto.

Penso que estamos todos de acordo em relação a isto.

Presidente: Vejo assentimento.

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego para intervir na especialidade sobre o artigo 9º para o qual há uma proposta de alteração que vem da Comissão.

(*) **Deputado José Rego** *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração para o artigo 9º é, ao fim e ao cabo, um acolhimento de uma sugestão dos Sindicatos que foram ouvidos.

O Sindicato de Pilotos de Aviação Civil achou que era pertinente, quando se falava no artigo 9º só nos acordos de empresa com a SATA Air Açores, referir que existem também acordos de empresa com a SATA Internacional.

Portanto, é só essa alteração. Todo o resto do diploma mantém-se tal qual está.

Presidente: Eu agradecia que o Grupo Parlamentar do PS fizesse chegar à Mesa um documento de subscrição desta proposta para o artigo 9º.

Vamos votar este diploma na especialidade, incluindo esta alteração para o artigo 9º, que é subscrita pelo PS e que vem da Comissão e também chamando a atenção que, ao aprovarmos o artigo 2º, aprovamos o Estatuto da SATA SGPS.

Os Srs. Deputados que concordam com todos os artigos deste diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na especialidade por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam em votação final global, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Informo ainda a câmara que para a redacção final a Comissão propõe que o Capítulo III, do Estatuto, tenha a epígrafe "órgãos sociais" e propõe também que se corrija a página 22, onde se diz capítulo I é Capítulo IV.

Este diploma vai baixar à comissão para redacção final.

(*) – Texto não revisto pelo orador.